

AGITAR AS ÁGUAS...

AMBIENTE

IVONE
ROCHA

Advogada
e sócia
da JPAB*



No mês do Mar, vários eventos ocorrem em Portugal para debater e demonstrar as potencialidades do Mar, como recurso gerador de riqueza e apto a contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento de Portugal e o projectar no mundo.

Amanhã, dia 8 de Novembro, pelas 14h30, realiza-se, na Culturgest (Lisboa), uma conferência designada "Economia do Mar, Sustentabilidade, Inovação e Valorização", promovida pelo BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, em colaboração com as quatro sociedades de advogados que são suas associadas: José Pedro Aguiar-Branco & Associados, Vieira de Almeida & Associados, Serra Lopes, Costa Martins & Associados e Abreu Advogados.

A verdade é que, quando todos os olhos são postos no Mar, a sua análise, sob o ponto de vista da sustentabilidade, torna-se prioritária. Num momento de agir, como necessaria-

mente tem de ser o presente, há que evitar erros. Ainda hoje sofremos os erros de falta de ordenamento do território que perdurará apesar dos múltiplos programas de requalificação... Isto não pode acontecer no nosso território marítimo. A este propósito, convém lembrar que o Mar não é apenas um recurso, o Mar é o território marítimo português, o Mar é Portugal!

Para isso, há que saber fazer várias conciliações entre sectores e organismos, em que empreendedorismo tem de ser pressuposto de sustentabilidade e vice-versa. Com efeito, o desenvolvimento de uma Economia do Mar tem de ser feito com o aproveitamento sustentado dos recursos marítimos.

Portugal já tem bons exemplos, uns implantados e outros ainda em fase de implementação, e há que olhar para eles e criar condições para que outros se desenvolvam.

Por sua vez, tal como aconteceu com os Descobrimientos, o Mar tem que ser abordado como inovação capaz de gerar riqueza. Uma investigação direccionada para projectos ligados ao Mar que tenha por fim a sua concretização no mercado, é um imperativo. O Mar é o futuro, não é o passado, é um futuro inovador...

Como tudo isto pode/deve ser regulado, financiado e concretizado é a questão que urge responder e concretizar.

Muitos estudos estão feitos, dos vários documentos orientadores que foram produzidos. Existentes, ao dispor de

todos, sobre a uma política do Mar, com vista a desenvolver uma Economia do Mar, podemos destacar "O Livro Branco da Política Marítimo-Portuária Rumo ao Séc. XXI" (1999); "O Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos (2004)"; "A Política Marítima da UE" (2006); "Estratégia Nacional para o Mar" (2006); "'Hippercluster' da Economia do Mar" (2010), entre outros. A tudo isto ainda acrescem os sucessivos eventos, iniciativas e discursos políticos que incessantemente apelam ao Mar, bem como todas as orientações e directivas da União Europeia.

Porém, Portugal ainda "não está" no Mar. As intervenções/investimentos ainda são pontuais e isolados e as boas práticas a excepção e não a regra. Chegou o momento de agir. Há que agitar as águas e reestruturar, reorganizar, regular. Os financiamentos não podem falhar, em época de crise não podemos desperdiçar financiamentos no que não for sustentável e/ou potenciador de desenvolvimento. Usando a expressão de Fernando Pessoa, no seu texto "Mensagem", o mar não se pode tornar um mito – "o mito é o nada que é tudo", tem de se realizar! Porque, como sabiamente disse, um Homem notável, Ernâni Lopes, "o futuro está no Mar, assim o queiramos fazer"...

*José Pedro Aguiar-Branco & Associados
(ivone.rocha@jpab.pt)